



Prefeitura Municipal de Nova Esperança Do Piriá

Estado do Pará

Poder Executivo

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 007/2020/PP

Pregão nº 007/2020/PMNEP/SRP/PP

Pelo presente instrumento, **O MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ**, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 84.263.862/0001-05, com sede na Avenida São Pedro, 752 – Centro – Nova Esperança do Piriá – Pará, CEP: 68.618-000, representada legalmente pelo excelentíssimo Prefeito Municipal **Sr. Antônio Valcirlei Holanda de Souza**, brasileiro, portador das cédulas de RG: 6442204 e de CPF: 010.642.772-50, residente e domiciliado em Nova Esperança do Piriá, **Fundo Municipal de Saúde**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.479.091/0001-06, representada legalmente pelo Sr. Aluizio Barbosa Freitas, brasileiro, portador das cédulas de RG: 2878481 e de CPF: 567.319.302-53, residente e domiciliado em Nova Esperança do Piriá, **Fundo Municipal de Educação** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.034.246/0001-45, **FUNDEB** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.707.561/0001-59, representada legalmente pela Sr.ª Maria Valdirene de Sousa Saraiva, brasileira, portadora das cédulas de RG: 2546419 e de CPF: 426.675.932-00 e o **Fundo Municipal de Assistência Social** sob o nº 17.694.828/0001-90, representada legalmente pela Sr.ª Antônia Oziane Paiva Galdino, brasileira, portador das cédulas de RG: 3990256 e de CPF: 753.111.192-68, residente e domiciliado em Nova Esperança do Piriá – PA, e o **Fundo Municipal de Meio Ambiente** sob o CNPJ/MF nº 30.096.914/0001-69, representada legalmente pela Sr.º Francisco Araújo da Silva, brasileiro, portador das cédulas de RG: 2426290 e de CPF: 392.719.512-04, residente e domiciliado em Nova Esperança do Piriá – PA denominado CONTRATANTE, do outro lado a(s) empresa(s) **F. E. P. PINHEIRO CNPJ: 08.101.366/0001-69** e **PIMACON-COM. DE MAT. DE CONST. LTDA CNPJ: 09.032.230/0001-07** denominadas CONTRATADAS, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO, PARA REGISTRO DE PREÇOS, sob nº. 007/2020/PMNEP/SRP/PP**, publicada no dia 05/02/2020, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, pela Lei Federal no 8.666/93 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

CLAUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de preços que objetiva a Contratação de pessoa Jurídica para aquisição de Material de Elétrico a fim de Suprir as Necessidades da Prefeitura, Secretarias e Fundos de Nova Esperança do Piriá/PA conforme o Anexo II do Edital de Registro de Preço N° 007/2020/PMNEP/SRP/PP, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes classificadas.



Prefeitura Municipal de Nova Esperança Do Piriá
Estado do Pará
Poder Executivo

CLAUSULA SEGUNDA

DO PREÇO

2.1 - Os preços a serem pagos coincidem com os preços definidos, e nele estão inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão-de-obra e quaisquer despesas inerentes à compra.

2.2 - Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, ressalvado o disposto na cláusula terceira deste instrumento.

2.3 - A existência de preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei Federal nº. 8.666/93, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAUSULA TERCEIRA

DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIO DA EQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

3.1– Quando, por motivo superveniente, o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:

- a) Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido;
- c) Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

3.2– Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante oferta de justificativas comprovadas, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de sanção administrativa, desde que as justificativas sejam motivadamente aceitas e o requerimento ocorra antes da emissão de ordem de fornecimento;

- a) Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

3.3– Não logrando êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços e à adoção de medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

3.4– Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será adotado o critério de revisão, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.

3.5– A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência da Ata, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração de seus encargos.



Prefeitura Municipal de Nova Esperança Do Piriá
Estado do Pará
Poder Executivo

– Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.

3.5.1 – Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento, modalidade que não será admitida neste registro de preços, posto que a sua vigência não supera o prazo de um ano.

3.5.2 – Não será concedida a revisão quando:

- a) Ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;
- b) O evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência da Ata;
- c) Ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;
- d) A parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.

3.5.3 – Em todo o caso, a revisão será efetuada por meio de aditamento contratual, precedida de análise pela Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Piriá, e não poderá exceder o preço praticado no mercado.

CLAUSULA QUARTA

DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 – O preço registrado poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

4.1.1 – Pela Administração, quando houver comprovado interesse público, ou quando o fornecedor:

- a) não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;
- b) não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superior aos praticados no mercado;
- d) incorrer em inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

4.1.2 – Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências do instrumento convocatório e da Ata

4.1.3 – a de Registro de Preços.

4.2 - O cancelamento do registro de preços por parte da Administração, assegurados a ampla defesa e o contraditório, será formalizado por decisão da autoridade competente.



Prefeitura Municipal de Nova Esperança Do Piriá

Estado do Pará

Poder Executivo

4.2.1 – O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular, observados os critérios estabelecidos na cláusula décima primeira deste instrumento.

4.3 - Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos fornecedores, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento.

4.4 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.

4.5 - A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justificam o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração.

CLAUSULA QUINTA

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 - A Contratante pagará à Contratada pelo fornecimento dos materiais/produtos; adquiridos, até o trigésimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.

5.2 - O pagamento far-se-á por meio de transferência bancária na conta do contratado.

5.4 Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

5.5- A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente o estabelecido na Lei nº 4.320/64 e alterações posteriores;

5.6- Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

5.7- A eventual inadimplência de um dos órgãos participantes desta Ata não produzirá efeitos quanto aos demais.

5.8- A Nota Fiscal deverá vir acompanhada da Certidão de INSS, FGTS e Trabalhista sob pena de não recebimento.

CLAUSULA SEXTA

DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DOS CONTRATOS

6.1 - O prazo de vigência dessa Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, contado do dia posterior à data de sua publicação no Flanelógrafo da Prefeitura Municipal.

6.2 - O prazo de vigência das contratações decorrentes desse registro de



Prefeitura Municipal de Nova Esperança Do Piriá
Estado do Pará
Poder Executivo

preços apresentará como termo inicial o recebimento da ordem de fornecimento (Anexo VIII), e como termo final o recebimento definitivo pelo fornecimento de materiais/produtos, pela Administração, observados os limites de prazo de entrega fixados no Anexo I.

CLAUSULA SETIMA

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas inerentes a esta Ata correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta que aderirem à contratação e serão especificadas ao tempo da ordem de emissão de fornecimento.

Exercício: 2020

0201 Gabinete do Prefeito

04 122 0036 2.006 Manutenção do Gabinete do Prefeito

0301 Secretaria Municipal de Adm. e Finanças

04 122 0031 2.010 Manutenção da Sec. de Administração e Finanças

0401 Secretaria Mun. Obras, Trans. e Urbanismo

15 452 0038 2.019 Manutenção da Sec. Obras, Transporte e Urbanismo

0801 Sec. M. de Agric. Pecuária e Abastecimento

20 122 1311 2.024 Manutenção da Sec. de Agricultura e Abastecimento

1001 Sec. de Cultura, Turismo, Desporto e Lazer

13 122 1007 2.032 Manutenção da Sec. de Esporte Cultura e Turismo

1616 Secretaria das Políticas das Mulheres

04 122 1372 2.084 Manutenção da Sec. da Mulher

1111 FUNDEB

12 361 0003 2.041 Manutenção Administrativa 40% FUNDEB



Prefeitura Municipal de Nova Esperança Do Piriá
Estado do Pará
Poder Executivo

1212 Fundo Municipal de Saúde
10 122 1341 2.047 Manutenção da Sec. de Saúde e Saneamento
1313 Fundo Municipal de Assistência Social
08 243 0131 2.066 Manutenção Programa. MPSB – Piso Básico Fixo
08 243 1357 2.068 Manutenção do programa PSE-MC-PFMC do PAEFI NO CREAS
08 244 0005 2.069 Manutenção do conselho de assistência social
08 244 0005 2.070 Manutenção do conselho tutelar
08 244 1002 2.073 Manutenção da Sec. de Assistência Social
1701 Secretaria de Meio Ambiente e Habitação
18 122 1010 2.087 Manutenção da Sec. De Meio Ambiente e habitação
1801 Secretaria Municipal de Educação
12 122 1312 2.099 Manutenção Sec. de Educação
3.3.90.30.00 - Material de Consumo

CLAUSULA OITAVA

DA CONVOCAÇÃO PARA RECEBER A ORDEM DE FORNECIMENTO

8.1 - A emissão da Ordem de Fornecimento constitui o instrumento de formalização da aquisição com os fornecedores, em conformidade com os prazos estabelecidos na Lei Federal nº. 8.666/93.

8.2 - Quando houver necessidade pelo fornecimento dos materiais/produtos por algum dos órgãos participantes da Ata, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para receber a ordem de fornecimento no prazo de até 02 (dois) dias úteis.

8.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, quando solicitado pelo licitante classificado, durante o seu transcurso, e desde que



Prefeitura Municipal de Nova Esperança Do Piriá
Estado do Pará
Poder Executivo

ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

8.4 – Se o licitante classificado em primeiro lugar se recusar a receber a ordem de fornecimento ou se não dispuser de condições de atender integralmente à necessidade da Administração, poderá a ordem de fornecimento ser expedida para os demais proponentes cadastrados que concordarem pelo fornecimento dos matéria/produtos ao preço e nas mesmas condições da primeira colocada, observada a ordem de classificação.

CLAUSULA NONA

DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO FORNECIMENTO DOS MATERIAIS/PRODUTOS.

9.1- A entrega dos materiais/produtos dar-se-á no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o recebimento da ordem de fornecimento.

– A Administração Contratante designará, formalmente, o servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do parágrafo 8º do art. 15 da Lei nº 8.666/93) responsável pelo fornecimento dos materiais/produtos, por meio de termo circunstanciado que comprove a adequação do objeto aos termos deste contrato e pela atestação provisória e/ou definitiva dos mesmos em até 05 (cinco) dias consecutivos.

CLAUSULA DÉCIMA

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

10.1 - Compete à Contratada:

a) Entregar o fornecimento dos materiais/produtos de acordo com as condições e prazos propostos e fornece-los dentro do período da validade;

b) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;

c) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII, do artigo 55, da Lei Nº 8.666/93 e alterações;

10.2 - Compete à Contratante:

a) Efetuar o pagamento do preço previsto na cláusula segunda, nos termos deste instrumento;

b) Definir o local para fornecimento dos materiais/produtos adquirida;

c) Designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do parágrafo 8º do art. 15 da Lei nº 8.666/93) responsável pelo acompanhamento e fiscalização pelo fornecimento dos materiais/produtos adquiridos.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA



Prefeitura Municipal de Nova Esperança Do Piriá

Estado do Pará

Poder Executivo

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 – O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

11.1.1 – Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;

11.1.2 - Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do objeto;

11.1.3 - A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 11.2 deste edital e na Lei Federal nº. 8.666/93;

11.2 – A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:

a) Advertência;

b) Multa compensatória por perdas e danos, no montante de 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, Direta ou Indireta, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) Impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, Direta ou Indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c".

§ 1º. As sanções previstas nas alíneas "a", "c"; "d" e "e" deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea "b").

§ 2º. Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas "c", "d" e "e", a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário Municipal, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Municipal.

§ 3º. Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Secretário Municipal, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua



Prefeitura Municipal de Nova Esperança Do Piriá

Estado do Pará

Poder Executivo

autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

§ 4º. Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea "d", deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no SICAF.

11.3 – As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do artigo 110 da Lei Federal nº. 8666/93;

d) O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93;

f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Município.

11.4 – Os montantes relativos às multas moratórias e compensatórias aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato;

11.5 – Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada;

11.6 – Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA



Prefeitura Municipal de Nova Esperança Do Piriá
Estado do Pará
Poder Executivo

DA RESCISÃO

12.1 - A rescisão da Ata poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, no que couberem com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DOS ADITAMENTOS

13.1 - A presente Ata poderá ser aditada, estritamente, nos termos previstos na Lei nº 8.666/93, após manifestação formal da CONTRATANTE.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA

DOS RECURSOS

14.1 - Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA

DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

15.1 - A execução do contrato será acompanhada pelo (a) Secretária Municipal de Administração, designado representante da Administração nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, que deverá atestar à execução do objeto contratado, observadas as disposições deste Contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA

DO FORO

16.1 - Fica eleito o foro de Garrafão do Norte - PA, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2 - E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Nova Esperança do Piriá, 21 de Fevereiro de 2020.

Antônio Valcirlei Holanda de Souza
Prefeito Municipal
Contratante



Prefeitura Municipal de Nova Esperança Do Piriá
Estado do Pará
Poder Executivo

Maria Valdirene de Sousa Saraiva
**Ordenadora do Fundo Municipal de
Educação
Contratante**

Francisco Araújo da Silva
Ordenadora do Fundo de Meio Ambiente
Contratante

Aluizio Barbosa Freitas
**Ordenador Fundo de Saúde
Contratante**

Antônia Oziane Paiva Galdino
Ordenadora do Fundo de Assistência
Social
Contratante

F. E. P. PINHEIRO
CNPJ: 08.101.366/0001-69
CONTRATADA

PIMACON-COM. DE MAT. DE CONST. LTDA
CNPJ: 09.032.230/0001-07
CONTRATADA



Prefeitura Municipal de Nova Esperança Do Piriá
Estado do Pará
Poder Executivo

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2020/PMNEP/SRP/PP

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços nº 007/2020, celebrada entre a **Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Piriá** e as Empresas cujos preços estão a seguir registrados por Item, em face à realização do **Pregão Presencial 007/2020/PMNEP/SRP/PP**.

RELAÇÃO DOS ITENS

ITENS	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUAT. MÁX	MARCA	VAL. VENC	EMP. VENC
1	BOCAL COM RABICHO E-27	UN	1.000	ILUMI	3,08	F.E.P
2	BOCAL LOUCA E-40	UN	500	FOXLUX	9,18	F.E.P
3	CABO ELET 02,50MM	MT	15.000	SIL	1,53	PIMACON
4	CABO ELET 04,00MM	MT	6.000	SIL	2,99	PIMACON
5	CABO ELET 06,00MM	MT	12.000	SIL	4,27	PIMACON
6	CABO ELET 10,00MM	MT	10.000	SIL	7,76	PIMACON
7	CABO ELET 16,00MM	MT	4.000	SIL	12,28	PIMACON
8	CABO ELET 25,00MM	MT	500	SIL	15,78	PIMACON
9	CABO ELET ALUM 10,00MM DUPLEX	MT	3.000	NAMBEI	3,41	PIMACON
10	CABO ELET ALUM 16,00MM DUPLEX	MT	3.000	NAMBEI	4,94	F.E.P
11	CABO ELET ALUM 16,00MM QUADRIplex	MT	1.500	NAMBEI	10,95	F.E.P
12	CABO ELET ALUM 16,00MM TRIPLEX	MT	3.000	NAMBEI	8,97	F.E.P
13	CABO PP 2X2,50MM	MT	4.000	SIL	5,34	PIMACON
14	CABO PP 3X4,00MM	MT	4.000	SIL	11,08	PIMACON
15	CABO PP 3X6,00MM	MT	3.000	MEGTRON	11,55	F.E.P
16	CAIXA LUZ 4X2	UN	2.000	TRAMONTINA	1,46	PIMACON
17	CAIXA PADRAO POLIFASICA	UN	30	ELETROMAR	139,69	F.E.P
18	CANALETA VENTILADA 30X30X2000MM	UN	2.000	ILUMI	21,72	F.E.P
19	CENTRO DISTR. P/06-08 DISJ.	UN	100	TIGRE	75,08	PIMACON
20	CENTRO DISTR. P/12-16 DISJ.	UN	50	TIGRE	188,66	PIMACON
21	CENTRO DISTR. P/24-36 DISJ. FERRO C/BARR.	UN	20	SIEMENS	534,40	F.E.P
22	CHAVE FENDA 3/16X6	UN	50	TRAMONTINA	6,25	PIMACON
23	CHAVE PHILIPS 3/16X6	UN	50	TRAMONTINA	7,33	PIMACON
24	CONECTOR PERFURANTE ISOLADO 10-70	UN	500	INCESA	11,53	PIMACON
25	CONJUG. 1 INT + 1 TOM 4X2	UN	800	PLUZIE	13,89	PIMACON
26	CORDAO TORC. 2X2,50MM	MT	7.000	SIL	3,03	PIMACON
27	CURVA ELETRODUTO 90X1.1/2	UN	100	CRONA	7,90	F.E.P
28	CURVA ELETRODUTO 90X3/4	UN	150	CRONA	2,88	F.E.P
29	DISJ. DIN BIP 16A	UN	150	TRAMONTINA	46,47	PIMACON
30	DISJ. DIN BIP 20A	UN	150	TRAMONTINA	47,70	PIMACON
31	DISJ. DIN BIP 40A	UN	100	TRAMONTINA	52,46	PIMACON
32	DISJ. DIN BIP 63A	UN	50	TRAMONTINA	53,59	PIMACON
33	DISJ. DIN TRIP 16A	UN	50	TRAMONTINA	61,84	PIMACON
34	DISJ. DIN TRIP 40A	UN	100	TRAMONTINA	64,82	PIMACON
35	DISJ. DIN TRIP 63A	UN	50	TRAMONTINA	67,47	PIMACON



Prefeitura Municipal de Nova Esperança Do Piriá
Estado do Pará
Poder Executivo

36	DISJ. DIN UNIP 10A	UN	250	TRAMONTINA	11,56	PIMACON
37	DISJ. DIN UNIP 20A	UN	250	TRAMONTINA	11,56	PIMACON
38	DISJ. DIN UNIP 40A	UN	100	TRAMONTINA	12,14	F.E.P
39	DISJ. DIN UNIP 50A	UN	70	TRAMONTINA	13,03	F.E.P
40	DISJ. NEMA TRIP 100A	UN	25	G&E	156,04	PIMACON
41	ELETRODUTO 1.1/2 3MT	VR	150	CRONA	26,16	F.E.P
42	ELETRODUTO 3/4 3MT	VR	300	CRONA	10,41	F.E.P
43	FITA ISOLANTE 20MT	UN	500	3M	7,22	PIMACON
44	FITA ISOLANTE AUTOFUSAO 10MT	UN	100	3M	25,19	PIMACON
45	FIXADOR P/FIO (02 PREGOS)	UN	1.000	DELSARTO	5,87	PIMACON
46	HASTE ATERRAMENTO 2,4M	UN	60	INTELLI	24,06	PIMACON
47	INTERRUPTOR 1T 4X2	UN	800	PLUZIE	9,72	PIMACON
48	LAMP COMP 20W	UN	1.000	EMPALUX	16,22	PIMACON
49	LAMP COMP 30W	UN	1.000	EMPALUX	26,11	F.E.P
50	LAMP COMP 46W	UN	400	EMPALUX	63,00	F.E.P
51	LAMP COMP 58W	UN	300	AVANT	68,44	F.E.P
52	LAMP LED 09W	UN	1.000	OUROLUX	16,03	PIMACON
53	LAMP LED 12W	UN	700	ELGIN	19,61	PIMACON
54	LAMP LED 20W	UN	500	EMPALIX	52,21	PIMACON
55	LAMP LED 30W	UN	400	EMPALIX	72,83	PIMACON
56	LAMP MISTA 160W	UN	500	EMPALUX	25,09	PIMACON
57	LAMP MISTA 250W	UN	500	EMPALUX	43,54	PIMACON
58	LAMP MISTA 500W	UN	500	EMPALUX	74,77	PIMACON
59	LAMP METALICO 400W	UN	300	OUROLUX	99,69	F.E.P
60	LUVA ELETRODUTO 1.1/2	UN	200	TIGRE	3,55	F.E.P
61	LUVA ELETRODUTO 3/4	UN	400	TIGRE	1,65	F.E.P
62	METALON GALVANIZADO 60X60	VR	50	GERDAU	260,74	F.E.P
63	OCULOS SEGURANCA INCOLOR	UN	30	CARBOGRAFITE	6,16	PIMACON
64	PLAFON E-27	UN	800	PLUZIE	4,54	PIMACON
65	RACK 1 POLO PESADO	UN	70	RUFINO	7,05	F.E.P
66	REATOR METALICO 400W	UN	60	INTRAL	221,49	F.E.P
67	REFLETOR 250W BOCAL E-27	UN	200	SPOTLUX	49,22	PIMACON
68	REFLETOR 400W BOCAL E-40	UN	200	SPOTLUX	59,83	PIMACON
69	ROLDANA P/RACK	UN	70	IEE	7,15	F.E.P
70	TOM 4X2	UN	1.000	PLUZIE	9,91	PIMACON

Nova Esperança do Piriá, 21 de fevereiro de 2020.

Antônio Valcirlei Holanda de Souza
Prefeito Municipal
Contratante

Maria Valdirene de Sousa Saraiva
Ordenadora do Fundo Municipal de
Educação
Contratante



Prefeitura Municipal de Nova Esperança Do Piriá
Estado do Pará
Poder Executivo

Aluizio Barbosa Freitas
Ordenador Fundo de Saúde
Contratante

Antônia Oziane Paiva Galdino
Ordenadora do Fundo de Assistência
Social
Contratante

Francisco Araújo da Silva
Ordenadora do Fundo de Meio Ambiente
Contratante

F. E. P. PINHEIRO
CNPJ: 08.101.366/0001-69
CONTRATADA

PIMACON-COM. DE MAT. DE CONST. LTDA
CNPJ: 09.032.230/0001-07
CONTRATADA